

Anna Karina O. V. Trennepohl

O acesso à Justiça de crianças e adolescentes

Prefácio

Eduardo Dias de Souza Ferreira

Apresentação

Pedro Maia Souza Marques

FORUM

Anna Karina O. V. Trennepohl

Prefácio

Eduardo Dias de Souza Ferreira

Apresentação

Pedro Maia Souza Marques

O ACESSO À JUSTIÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direitos que devem ter prioridade absoluta em relação aos direitos de outras pessoas. No entanto, quando há violação ou falta efetividade dos seus direitos, eles se encontram em desvantagem justamente por serem pessoas vulneráveis e em desenvolvimento, quando deveriam receber proteção especial do Estado, da família e da sociedade. Em razão disso, o acesso à justiça de crianças e adolescentes deve ser diferenciado. Esta obra aborda as nuances e dificuldades existentes no acesso à justiça, judicial e extrajudicial, de crianças e adolescentes, sob uma ótica teórica e prática, utilizando-se de exemplos que envolvem todas as áreas da infância e adolescência e sugestões de atuação para auxiliar na atividade dos atores do Sistema de Justiça.

Área específica da obra
DIREITOS HUMANOS

Áreas afins do livro
DIREITO DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

Palavras-chave
ACESSO À JUSTIÇA.
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES.
EFETIVIDADE

FORMATO: 14,5 x 21,5cm
CÓDIGO: 3970

T794a	Trennepohl, Anna Karina O. V. <p>O acesso à justiça de crianças e adolescentes / Anna Karina O. V. Trennepohl. Belo Horizonte: Fórum, 2025.</p> <p>204 p. 14,5x21,5cm</p> <p>ISBN impresso 978-85-450-0872-9</p> <p>ISBN digital 978-85-450-0866-8</p> <p>1. Acesso à justiça. 2. Crianças e adolescentes. 3. Efetividade. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 341.27 CDU: 342.7</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
TRENNEPOHL, Anna Karina O. V. *O acesso à justiça de crianças e adolescentes*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 204 p. ISBN 978-85-450-0872-9.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 2	
PREMISSAS PROPEDÊUTICAS	29
2.1 O conceito de justiça: da antiguidade a Kant	29
2.2 Do acesso à justiça	38
2.2.1 A visão de Cappelletti e Garth	38
2.2.2 A visão de Marc Galanter	42
2.2.3 O acesso à justiça como um direito fundamental	46
2.2.4 Previsão do direito ao acesso à justiça no Direito Comparado	49
2.3 A intersecção do acesso à justiça com a dignidade da pessoa humana	60
2.3.1 O surgimento do conceito de dignidade	60
2.3.2 O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito dignos e a Convenção Internacional sobre os direitos da criança	63
2.4 A identificação do problema	70
CAPÍTULO 3	
O ACESSO À JUSTIÇA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES	73
3.1 Dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a meta 16: paz, justiça e instituições eficazes	73
3.2 A distinção entre o acesso à justiça e o acesso ao Poder Judiciário	76
3.3 O acesso à justiça por meio do Poder Judiciário	85
3.3.1 A tutela jurisdicional diferenciada e o princípio da proteção integral	91
3.4 A linguagem do sistema judiciário com crianças e adolescentes: do “juridiquês” à comunicação não violenta	94
3.4.1 A barreira da linguagem jurídica e o movimento da linguagem simples	97

3.4.2 A forma adequada de oitiva de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.....	104
3.4.3 A comunicação não violenta e o adolescente que comete ato infracional.....	110
3.4.4 Conclusões parciais.....	115

CAPÍTULO 4

O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA EFETIVIDADE DO DIREITO AO ACESSO À JUSTIÇA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PODER JUDICIÁRIO	117
4.1 Crianças e adolescentes em situação de afastamento do convívio familiar.....	120
4.2 Adolescentes e a representação para aplicação de medida socioeducativa	126
4.3 A proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes	135
4.4 O direito de crianças e adolescentes transexuais à retificação do registro civil.....	141
4.5 O acesso à justiça em demandas envolvendo o ambiente digital.....	148
4.6 A defesa dos direitos difusos de crianças e adolescentes	153
4.7 Conclusões parciais.....	158

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUSÊNCIA DO ADEQUADO ACESSO À JUSTIÇA NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	161
---	-----

CAPÍTULO 6

A PROPOSTA DE COMENTÁRIO GERAL DA ONU Nº 27, DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA	165
--	-----

CAPÍTULO 7

O ACESSO À JUSTIÇA COMO MEIO PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO À FELICIDADE	169
---	-----

CAPÍTULO 8

CONCLUSÕES	179
------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	185
------------------	-----